

HABEAS CORPUS Nº 570.377 - SP (2020/0078992-6)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
IMPETRANTE : GABRIEL MARTINS FURQUIM E OUTROS
ADVOGADOS : JOSÉ PEDRO SAID JÚNIOR - SP125337
PAULO ANTONIO SAID - SP146938
GABRIEL MARTINS FURQUIM - SP331009
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : OSCAR DE SOUZA MEDRADO NETO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de OSCAR DE SOUZA MEDRADO NETO em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Narra o *writ* que o paciente cumpre pena em regime fechado. Conforme cálculo da pena, ele obteve o lapso temporal para progressão ao regime semiaberto em 26/1/2020. Em 28/1/2020 foi protocolado o pedido de progressão, instruído com o expediente de praxe, demonstrando o bom comportamento carcerário do paciente. Referido pedido foi concluso em 5/3/2020.

Asseveram os impetrantes que passados quase dois meses do protocolo, foi apresentada petição em 18/3/2020 requerendo o imediato julgamento do pedido, uma vez que a essência da Recomendação n. 62/2020 do CNJ, é promover celeridade nas análises processuais e, quando o caso, antecipação de progressão, como medida preventiva de contágio da COVID-19 no âmbito do sistema carcerário.

Relatam que a despeito de já existir manifestação e da petição ser mero requerimento de urgência para a apreciação judicial, foi aberta nova vista ao Ministério Público em 26/3/2020.

Requerem os impetrantes a concessão da ordem liminar a fim de que o paciente possa aguardar em prisão domiciliar até a cessação do problema de saúde pública. Alternativamente, pugna pelo deferimento da saída temporária até que o Tribunal de origem restabeleça a normalidade de seu funcionamento, ou, ainda, que o pedido de progressão seja julgado com celeridade, em razão da crise pandêmica.

Superior Tribunal de Justiça

É o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. SÚMULA 691/STF. FLAGRANTE ILEGALIDADE. SUPERAÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PRISÃO DOMICILIAR. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. *HABEAS CORPUS* NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA, DE OFÍCIO. 1. **Nos termos do Enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, não é cabível *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo em casos de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão singular, sob pena de indevida supressão de instância.**

[...] (HC n. 486.900/SP, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 26/2/2019.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF:

Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete sumular.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21-E, IV, c/c o art. 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.**

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 1º de abril de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente